

A revogação retrata competência discricionária e se aplicam os princípios correspondentes. Isso significa que o controle far-se-á, inclusive e especialmente, sobre a motivação, o motivo e os vínculos entre a decisão e seus fundamentos.

Nestes termos e com a máxima vênia e respeito aos argumentos expostos na decisão de revogação, a Recorrente entende que não estão presentes, nem de longe, motivos e motivações devidamente comprovados, capazes, pela legalidade e interesse público, de revogar o certame.

Sem embargo, uma motivação esboçada na decisão é que a Administração perdeu a *confiança* na eventual contratação, *in verbis*:

Diante da ocorrência desses fatos supervenientes, a Administração perdeu a confiança nos termos desta contratação e o consequente interesse no prosseguimento deste processo licitatório.

Ora, toda licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e, no julgamento, será observada a estrita conformidade com os princípios constitucionais para realizá-lo (o julgamento), através de critérios objetivos (art. 3º da Lei 8.666/93¹).

Neste aspecto, a perda de confiança é elemento de extrema subjetividade, o que fere frontalmente o art. 3º da Lei 8.666/93, que exige julgamento objetivo.

Por outro lado, a Respeitável Comissão Especial, conforme já narrado, efetuou visita *in loco* na sede da Recorrente e, através de Relatório, concluiu que inexistem elementos objetivos que sejam capazes de inviabilizar eventual contratação.

Isto é, a Comissão Permanente de Licitação aferiu, *in loco*:

- a) Que a Recorrente possui produção própria de quase a totalidade dos insumos que serão utilizados no oferecimento do Prato Feito – isso é, a Frango Mais MC LTDA possui fazendas que produzem leite, verduras, legumes, tudo com permissões legais.
- b) Notas fiscais da recorrente comprovando o baixo custo;
- c) Existência em seu quadro de diversos profissionais, inclusive e especialmente a do Nutricionista;

¹ Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os